

ROBERTO MAGALHÃES

Logo após as eleições de novembro de 1986, quando o PMDB elegeu 22 dos 23 governadores de estado e conquistou expressiva maioria na Câmara, dos Deputados, no Senado Federal e consequentemente na Assembleia Nacional Constituinte, lançamos a tese de que ao nosso partido, o PFL, cabia refluir para a planície e fazer oposição ao governo José Sarney.

A idéia nos parecia lógica e simples. Num regime democrático, a maioria governa e a minoria exerce a função não menos nobre de fiscalizar e criticar os atos do governo.

Nisto reside a essência mesma do processo democrático.

A origem dos modernos regimes vigentes nas democracias ocidentais situa-se, basicamente, na verificação e aceitação de que os adversários do governo não são necessariamente inimigos do Estado. E que por isso mesmo, a eles se reconhece o direito de representação nas assembleias políticas.

Numa frase curta definimos a nossa posição pessoal, em face das discordâncias de alguns correligionários; lugar de minoria é na oposição.

Aparentemente poucos concordaram comigo naquela oportunidade. Certamente imaginaram que tais colocações decorriam do insucesso eleitoral sofrido em Pernambuco. Mas não era. Tanto assim que resolvi silenciá-los para não ser impertinente.

A liderança expressiva do partido busquei alertar para o vazio que se produziria na vida política do País, se o PMDB hipertrofiado e o PFL com a segunda bancada parlamentar continuassem aliados no plano federal.

Que líderes e que partidos triam desempenhar o papel de oposição? Qual seria a alternativa de poder, no futuro, quando viessem a se realizar eleições presidenciais?

Não foi preciso esperar muito tempo para se fazerem nítidos os sinais da disfunção provocada no processo político pelo vazio enorme que se verifica, na cena política, pela ausência de uma oposição institucional e preparada para o exercício salutar e indispensável da fiscalização e da crítica.

Pesquisa recente realizada pela Folha de S. Paulo e publicada, na edição de 18 de julho, revela que nas oito mais populosas capitais do País, o PMDB sofreu uma queda vestigiosa de prestígio.

Em São Paulo, o PT reúne 25% da preferência dos eleitores, contra apenas 17% do PMDB e zero do PFL. Quanto às intenções de voto, a diferença aumenta ainda mais: PT 33%, PMDB 14%, PFL zero novamente.

Não é muito diferente o quadro em Porto Alegre, onde o PT tem 28%, das intenções de voto contra 14% do PMDB, aparecendo o PFL com apenas 3%.

A média ponderada da pesquisa nas sete capitais confere ao PT a liderança das intenções de voto, com

22%, seguido do PMDB com 20%, e do PDT com 8%.

O que preocupa, na verdade, é a virtual falência do prestígio das forças do centro democrático perante a opinião pública.

Se esses números persistirem e se traduzirem nas urnas, futuramente, por certo o atual sistema econômico será dinamitado e com ele, também, o regime político segundo o modelo liberal-democrático.

Talvez ainda seja tempo de as forças de centro, responsavelmente, se agruparem em torno de programas e propostas capazes de sensibilizar e restaurar a confiança do eleitorado brasileiro.

Os caminhos são diversos, mas não ousou indicá-los.

Esta é uma tarefa dos atuais dirigentes partidários e líderes no parlamento.

Apenas, nos anima a formulação de um diagnóstico pessoal e despretensioso, alertando para a necessidade inadiável de mudança no quadro partidário ou pelo menos, na postura dos partidos centristas.

E muito clara a ausência de um partido de centro no espaço reservado à oposição. Um partido que tenha compromissos apenas com os seus princípios e o seu programa. Um programa lúcido e ousado, capaz de enfrentar as grandes questões sociais que a sociedade civil exige que sejam resolvidos. Pode um país que paga 40 dólares de salário mínimo aspirar à estabilidade social? E a

questão da terra, que pode e deve ser encaminhada sem passionatismo e sem ideologia, como fica? Já não há lugar para evasivas e proteções.

Não será esta a razão do crescimento extraordinário do PT? Porventura pode-se negar a este partido, classista e ortodoxo, uma permanente coerência, sobretudo entre o seu discurso e a sua ação?

Qual o partido centrista que acena, neste momento, para a sociedade civil com propostas convincentes, capazes de conquistar a confiança do eleitorado? Até porque estando todos no poder, ou melhor com o governo, teriam de oferecer respostas concretas e não promessas.

O relógio da História está marchando inexoravelmente contra a maioria de ontem e a provável minoria de amanhã, que anseia por soluções reformistas e não-revolucionárias.

Os líderes das forças de centro devem concientizar-se de que uma aliança PT/PDT poderá ser imbatível em 88 e muito mais ainda em 89, com eleições presidenciais desvinculadas dos pleitos municipais e estaduais.

E se isto ocorrer, ao eleitorado de centro não restará sequer a alternativa de sufragar o socialismo moreno para evitar o trotskismo pe-tista...

Quem viver, verá.

Roberto Magalhães
é ex-governador de Pernambuco

ESTADO DE SÃO PAULO

ESTADOS